

Projeto Eletromemória:  
História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo  
(1890-2005)

Estudo sobre o princípio de proveniência no  
acervo da Companhia Energética de São  
Paulo (CESP)

Elisa Maria Lopes Chaves  
Maiara Henrique Moreira  
Maria Blassioli Moraes

São Paulo  
2009

# **Estudo sobre o princípio de proveniência no acervo da Companhia Energética de São Paulo (CESP)**

Elisa Maria Lopes Chaves<sup>1</sup>  
Maiara Henrique Moreira<sup>2</sup>  
Maria Blassioli Moraes<sup>3</sup>

Neste artigo, discutimos a necessidade e a possibilidade de se resgatar e manter o respeito à organicidade dos fundos de empresas que, após fusão, formaram a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Estes diversos fundos passaram por transferências e por reorganizações, sendo incorporados ao arquivo da CESP. Alguns segmentos do arquivo puderam retornar, sem grandes dificuldades, aos fundos de origem, entretanto, outros segmentos apresentaram um maior nível de interferência em sua organização, reflexo do uso e da função que cumpriram para o desenvolvimento da empresa. A partir desta configuração, reconhecemos a necessidade de dar continuidade à incorporação dos documentos aos seus fundos de origem, mas também há a necessidade de manter a informação quanto às diversas interferências e procedências, pelas quais a documentação passou, evitando assim uma simplificação equivocada.

## **O princípio do respeito aos fundos e o resgate da complexidade da formação dos arquivos**

Em meados do século XIX surgia, na teoria arquivística, o apontamento para a manutenção e respeito à proveniência ao se tratar da organização dos arquivos, o que correspondia em manter separados os arquivos segundo o organismo produtor. Desta forma, o foco de uma determinada pesquisa e o interesse de um determinado pesquisador não deveriam direcionar a organização do arquivo.

La archivística que nacía como disciplina científica, se configuraba por consiguiente como una ciencia basada en la historia interna de cada una de las instituciones productoras de los documentos de un

---

<sup>1</sup> Historiadora formada pela Universidade de São Paulo, atualmente trabalha na gerência de documentação do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação Energia e Saneamento. Contato: elopes@energiaesaneamento.org.br.

<sup>2</sup> Graduanda no curso de História pela Universidade de São Paulo. Contato: maiarahm@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, atualmente é coordenadora do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação Energia e Saneamento. Contato: mblassioli@energiaesaneamento.org.br.

archivo, constituía la base de la cual el archivero debía (y debe) partir para afrontar su propio trabajo.<sup>4</sup>

Este respeito se referia menos à manutenção da ordenação física do arquivo e mencionava diretamente o resgate e revisão da organicidade original que deveria refletir o fluxo natural e orgânico dos documentos.<sup>5</sup> Entretanto, como apresentou Michel Duchein<sup>6</sup> e Adrian Cunningham,<sup>7</sup> manter ou reconstituir a organicidade original nem sempre é uma tarefa simples. Mostra-se simples quando uma instituição transfere diretamente seu conjunto documental para a instituição que fará a guarda e gestão, mas quando ocorrem diversas transferências de competências e de gestão dos documentos que por sua vez impõem diferentes organizações ao arquivo, o resgate da organicidade original ganha em complexidade.

Neste caso, outra questão apontada por M. Duchein e desenvolvida por A. Cunningham diz respeito, em se tratando de um arquivo que passou por diferentes competências e transferências, sobre qual estrutura interna a classificação deve se basear. Segundo Duchein, esta reconstituição deverá acontecer quando o arquivo permitir visualizar tal organização, entretanto, aponta que “nem o historiador, nem o arqueólogo, nem o arquivista deve reconstituir o que o tempo destruiu, salvo em raros casos em que uma reconstituição rigorosamente exata, segura e apoiada em provas irrefutáveis seja possível.”<sup>8</sup> Segundo Duchein, deve-se também respeitar as mudanças internas de organização pelas quais passou o fundo, uma vez que estas mudanças refletem não uma única proveniência, mas as diversas proveniências responsáveis pelos documentos do arquivo. Elio Lodolini chama a atenção para a necessidade de gestão dos documentos desde o momento de seu nascimento no arquivo corrente. Somente este tratamento contínuo, com uma avaliação clara e sistematizada, evitará seleções arbitrárias de segmentos do arquivo e possibilitará a manutenção e o conhecimento dos

---

<sup>4</sup> LODOLINI, Elio. **El archivo del ayer al mañana** (La archivística entre la tradición y innovación). Boletín ANABAD, 1. Madrid: ANABAD, 1995. p. 3.

<sup>5</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

<sup>6</sup> DUCHEIN, Michel. “**O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos**”. In: Arq. & Adm. Rio de Janeiro, 1986.

<sup>7</sup> CUNNINGHAM, Adrian. **O poder da proveniência na descrição arquivística**. Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF) IN: Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Vol. 20, nº 01/02, jan e dez. 2007. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>8</sup> DUCHEIN, Michel. p. 26.

sistemas de produção documental.<sup>9</sup> Reconhecemos que um conjunto documental deve passar pela avaliação de uma comissão e que o arquivista tem papel essencial no processo e, portanto, a seleção não deve ser realizada privilegiando a manutenção de documentos interessantes para a memória de uma determinada instituição.

Ao privilegiar uma seleção documental baseada no interesse da memória, corremos o risco de perder a integridade das séries documentais e estas, por sua vez, são essenciais para a compreensão do trâmite e produção. Percebemos, portanto, que a fragmentação dos arquivos, muitas vezes, tem início na própria instituição produtora. Outros aspectos contribuem para a perda da integridade das séries documentais, como a guarda dos documentos em locais nem sempre apropriados para sua conservação, resultando também em grandes descartes não programados.

Quando nos deparamos diante de um arquivo que passou por diversas transferências de competências e nos vemos com a necessidade de organizar tal conjunto documental tendo por base o princípio da proveniência, estamos diante de um conflito. Temos, por um lado, a preocupação de retornar os documentos para o fundo de origem, entretanto, ao realizar esta tarefa, corremos o risco de não considerar e de não registrar as mudanças de competências pelas quais passou o arquivo.

Os arquivos refletem e documentam a vida e atividades no mundo real. O mundo real é complexo. Relações no mundo real são raramente diretas, de um para um; pelo contrário, são usualmente de muitos para muitos. No mundo real, os arquivos refletem a complexa realidade de inter-relações dinâmicas entre diferentes entidades produtoras de documentos. Um exemplo comum dessa complexidade é a incidência de mudanças administrativas em governos e em grandes corporações. Em termos arquivísticos, isso pode ser entendido como sucessivas e múltiplas proveniências. Mas, múltiplas proveniências também podem acontecer simultaneamente, quando mais de uma entidade é envolvida, ao mesmo tempo, na produção e no uso de um determinado conjunto de documentos. Esse fenômeno sempre existiu, mas está se tornando cada vez mais prevalente e aparente com os documentos eletrônicos, quando sistemas compartilhados freqüentemente criam um único conjunto de documentos para múltiplas entidades distintas.<sup>10</sup>

Daí, Cunningham ressalta o que os arquivistas australianos já demonstraram e experimentaram: que a estrutura de organização arquivística em fundos, muitas vezes,

---

<sup>9</sup> Elio Lodolini está preocupado, neste momento, com a produção e gestão dos documentos eletrônicos, os quais sem uma concreta gestão, tenderão a se perder mais facilmente uma vez que possuem frágeis formas de armazenamento e leitura das informações que comportam.

<sup>10</sup> CUNNINGHAM, Adrian. p. 79.

acaba por simplificar uma organização complexa e que engessa a compreensão do trâmite e da produção documental. A proposta dos arquivistas australianos, defendida e colocada em prática na década de 1960 por Peter Scott, privilegiava a estrutura das séries em detrimento dos fundos. Nesta opção, pela organização de séries, também seria mantida a proveniência, mas não aconteceria a necessidade de definir uma única proveniência, mas todas as proveniências seriam respeitadas e apresentadas.

David A. Bearman e Richard H. Lytle<sup>11</sup> também apresentaram, em artigo denominado *The Power of the Principle of Provenance*, uma reflexão neste mesmo sentido e também denunciam a compreensão da estrutura hierárquica e simplista das instituições. Estes autores, assim como Cunningham, concordam que o atual sistema de recuperação de informações a que temos acesso por meio dos sistemas informatizados deve ser utilizado de forma que esta complexidade da proveniência seja resgatada. Assim, a elaboração da descrição, dos pontos de acesso e dos instrumentos de recuperação da informação deve ser tecida tendo em vista a necessidade de preservar as tantas transferências, proveniências, trâmites e funções pelos quais passaram os documentos.

### **A formação da CESP: a resposta para compreender as relações entre os documentos**

A CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) foi constituída em 5 de dezembro de 1966, e sua história faz parte do processo de unificação das empresas de energia do Estado São Paulo.

O governo do Estado começou a participar efetivamente do setor energético paulista a partir da década de 1950, e nesse período o crescimento e desenvolvimento do Estado eram grandes e a expansão do setor elétrico era inevitável. Em contrapartida, esse crescimento não seria financiado pelo empresariado nacional, que não tinha condições de grandes investimentos, e nem pelas empresas estrangeiras, que não participariam de tal empreendimento.

O governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), inspirado no Plano de Eletrificação de Minas Gerais e considerando a crise do setor energético vigente, determinou em 1953, ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), criado no

---

<sup>11</sup> BEARMAN, David A. & LYTTLE, Richard. H. **The Power of the principle of provenance.** *Archivaria*, The journal of the Association of Canadian Archivists, nº 21, pp. 14-27, winter, 1985-1986.

seu governo, a elaboração do Plano de Eletrificação de São Paulo pela empresa que tinha realizado o mesmo trabalho em Minas Gerais.

Elaborado o Plano, entre as conclusões dos estudos que o integravam, duas alternativas foram sugeridas para a organização do setor elétrico: a criação de empresas de economia mista regionais ou uma empresa única.

Sobre as possibilidades de que a criação de empresas regionais conduziria a uma “*holding*”, o estudo demonstrou que a melhor solução seria a criação de uma empresa única, e a Centrais Elétricas Paulistas (CELP) foi a sugestão para a razão social desta empresa. Entretanto, as tentativas para a criação da CELP, em princípio, não surtiram efeito.

Observa-se assim que o processo de unificação das empresas de energia do Estado ou a criação de uma empresa “*holding*” para administrar o setor elétrico paulista nos leva à primeira metade da década de 1950, quando existia apenas o DAEE, a USELPA,<sup>12</sup> criada em 1953, e a CHERP,<sup>13</sup> criada em 1955.<sup>14</sup>

Durante as administrações de Jânio Quadros (1955-1959) e Carvalho Pinto (1959-1963) as sedes das empresas USELPA e CHERP passaram a ocupar o mesmo edifício na cidade de São Paulo, e tiveram como presidente, no mesmo período, o engenheiro Mario Lopes Leão.

Na administração seguinte, com o governador Adhemar de Barros (1963-1966), a idéia de unificação das empresas de eletricidade continuava presente. Em 1964, o Secretário de Economia e Planejamento, Humberto Reis Costa, fez um parecer sobre a unificação, e suas conclusões foram as de que a pluralidade de empresas trazia certa desordem ao setor energético, pela falta de um planejamento único, levando a prejuízos financeiros e a um atendimento menos satisfatório à comunidade.<sup>15</sup>

O panorama nacional de energia também apontava para a unificação das empresas, já que outros estados possuíam suas companhias estaduais: em Minas Gerais, a CEMIG; em Santa Catarina, a CELESC, entre outras, desde a década de 1950.

A partir de 1960, muitas mudanças institucionais ocorreram no setor elétrico, em nível federal e estadual. Em São Paulo, empresas de energia de economia mista eram criadas, e por intermédio do DAEE contavam com participação majoritária do governo

---

<sup>12</sup> Usinas Elétricas do Paranapanema.

<sup>13</sup> Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo.

<sup>14</sup> PAIXÃO, Lindolfo Ernesto. **CESP 30 anos de operação**. Série Testemunhos do processo de eletrificação em São Paulo nº 3. CESP, São Paulo, p. 53, 1988.

<sup>15</sup> KÜHL, Julio César Assis. **CESP 25 anos**. CESP, São Paulo, p. 4, 1991.

estadual. As que já existiam tinham suas responsabilidades aumentadas. Em 1960, transferia-se para a USELPA a operação das termelétricas, e à CHERP a construção de usinas no Tietê. Em 1961, cria-se a CELUSA; em 1962, a BELSA;<sup>16</sup> e em 1963, a COMEPA.<sup>17</sup> Em 1964, a BELSA passou a controlar a Companhia Luz e Força de Tatuí e a Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S.A. Em 1965, a CHERP assumiu o controle das empresas particulares SACERC<sup>18</sup> e de suas associadas, Empresa Melhoramentos, de Mogi Guaçu S.A., Companhia Luz e Força de Jacutinga S.A. e Empresa Luz e Força de Mogi Mirim S.A.

Em 1966, a situação do setor elétrico-energético não era das melhores. Além do racionamento, houve enchente na usina de Limoeiro e dificuldades operativas na usina de Caconde. A partir daí observam-se medidas mais eficazes para o processo de unificação das empresas de energia.

Em julho de 1966, por meio de um decreto, é instituída uma Comissão Especial para propor providências para a unificação das empresas do Estado de São Paulo. Presidida pelo diretor do DAEE, contava com os presidentes das empresas CELUSA, CHERP, USELPA e COMEPA, representantes da Secretaria de Economia e Planejamento e do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

Em Assembléia Geral dos Acionistas das empresas fusionadas, em 5 de dezembro de 1966, a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) foi constituída a partir da fusão de onze empresas de energia elétrica, as companhias: Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA), Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (CHERP), Centrais Elétricas de Urubupungá (CELUSA), Bandeirante de Eletricidade (BELSA) e Companhia Melhoramentos de Paraibuna (COMEPA) e as subsidiárias: Companhia Luz e Força de Tatuí, Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S/A, Empresa Força e Luz de Mogi-Mirim S/A, S/A Central Elétrica Rio Claro (SACERC), Empresa Melhoramentos de Mogi-Guaçu S/A e Companhia Luz e Força de Jacutinga.

No fim de 1977, a Centrais Elétricas de São Paulo transformou-se na Companhia Energética de São Paulo. O objetivo, nesse momento, era abrir a empresa para atividades em todos os ramos de energia, e estimulada pela crise do petróleo, a CESP ampliava suas atribuições.

---

<sup>16</sup> Bandeirante de Eletricidade.

<sup>17</sup> Companhia Melhoramentos de Paraibuna.

<sup>18</sup> S.A. Central Elétrica Rio Claro.

A partir de 1996, o governo paulista promove o processo de privatização do setor de energia do Estado, processo que perdura até os dias de hoje.

Para preservar a memória destas empresas e das fusionadas, a CESP criou, em 1985, o Projeto Memória CESP, com o objetivo de recuperar, organizar, preservar e divulgar o arquivo histórico da empresa.

A empresa tinha a preocupação de preservar a sua história, e compreendia que a história das empresas que incorporou fazia parte de seu próprio desenvolvimento. Entre a massa de informações históricas da CESP, está presente a história das empresas formadoras até 1966 e da CESP propriamente dita depois da fusão das empresas.

Um dos trabalhos do Projeto Memória CESP consistiu em percorrer as regionais da companhia a fim de recolher os documentos das empresas formadoras. Esses documentos foram reunidos em fundos fechados, totalizando aproximadamente 250 mil, do período de 1898 a 1966.

Além do Projeto Memória CESP, foi elaborado o Projeto Arquivo Histórico, que tinha como objetivo organizar o acervo documental da CESP e das empresas fusionadas, colaborar para o estabelecimento de normas para recolhimento e triagem dos documentos da Companhia, determinar prazos para a eliminação e para a guarda permanente, além da implantação de um Centro de Documentação que serviria de apoio aos trabalhos internos e externos relacionados à memória institucional.

O objetivo era de que todos os documentos produzidos pela CESP fossem analisados pela Seção de Memória, que verificaria se seriam ou não recolhidos para o Arquivo Permanente. Desta maneira, foram armazenados documentos de áreas diversas da Companhia, julgados importantes para a memória da empresa e do Estado de São Paulo.

A empresa também elaborou material próprio, justificando a importância da documentação do arquivo e da organização empregada, apontando maneiras de acondicionamento, manuseio e processo de arquivamento.

O acervo da CESP, e conseqüentemente das 11 empresas fusionadas, chegou à Fundação Energia e Saneamento durante seu processo de criação, em 1998. Este acervo foi reunido na criação do Projeto Memória CESP, para o qual foram separados documentos das diversas áreas da empresa, julgados como importantes naquele momento. Estes documentos foram colocados em caixas, aparentemente sem nenhum critério de ordenação e organização, agrupando-se documentos de diversos assuntos, áreas e empresas.

A equipe do Projeto Memória CESP iniciou a organização dos documentos, observou e estabeleceu fundos fechados de acordo com a documentação produzida pelas empresas, dada a supressão daquelas unidades produtoras, sendo os fundos das empresas formadoras da CESP: CHERP, SACERC, USELPA, CELUSA, BELSA, COMEPA, Empresa Água, Luz e Força de Mogi Mirim S.A., Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu S.A., Companhia Luz e Força de Jacutinga S.A., Companhia Luz e Força de Tatuí, Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S.A. e também fundos das associadas das empresas citadas: Empresa Elétrica de Itapura S.A. e Empresa Elétrica de Andradina S.A.

Em seguida, a equipe iniciou a organização de cada fundo, e chegou a estabelecer classificação para os arquivos da Empresa Água, Luz e Força de Mogi Mirim S.A., Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu S.A. e para a Empresa Elétrica de Andradina S.A. Realizou a separação da documentação produzida pela SACERC, e para tal conjunto foi elaborada proposta de eliminação de documentos e listagens de controle, embora não tenha sido elaborada a classificação. Estavam encaminhando os trabalhos no momento em que se deu a privatização das empresas de energia. O trabalho foi, então, interrompido.

Além destes conjuntos documentais, o Projeto Memória CESP também tinha sob seus cuidados o arquivo pessoal do engenheiro Catullo Branco. Este fundo, que também foi mantido separado de outros conjuntos documentais, resguardando, portanto, sua procedência, faz parte também do acervo da Fundação Energia e Saneamento. Este fundo, entre toda a documentação que foi doada pela CESP para a Fundação a partir de 1998, foi o primeiro conjunto que passou por organização, atividade que aconteceu durante o ano de 2007.

### **As múltiplas procedências presentes no acervo da CESP**

A Fundação Energia e Saneamento tem, sob sua propriedade, documentação em idade permanente que foi produzida e acumulada pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). O acervo da CESP é composto por 38 metros lineares de documentos textuais, 700 documentos cartográficos, cerca de 143.000 documentos iconográficos e 102 documentos audiovisuais e sonoros. Os documentos textuais encontram-se acondicionados em 319 caixas-arquivo e pastas.

Logo no início do processo de tratamento arquivístico, foi elaborado o diagnóstico do Fundo CESP, quando foram fotografados desde o espaço físico até os documentos e observada a organização existente no conjunto documental. A pesquisa e o trabalho arquivístico foram estimulados, estudando a história da CESP para conhecer a trajetória administrativa da companhia e suas atribuições, o que possibilitaria entender a procedência dos documentos e a formação do fundo.

A partir do diagnóstico constatou-se que parte dos documentos textuais, reunidos e selecionados pelo Projeto Memória CESP, foi colocada nas caixas sem nenhum procedimento de organização ou de ordenação, ou seja, não apresentavam nenhuma lógica arquivística evidente. Nas caixas encontram-se documentos de diferentes áreas da empresa e também documentos das empresas fusionadas. Ressaltamos que os fundos que haviam sido restaurados pela equipe do Projeto Memória CESP foram mantidos e que esta documentação textual à qual nos referimos, e que não possuía qualquer organização, não chegou a ser trabalhada pela equipe naquele período.

A identificação desta documentação textual teve início em março de 2008, pela equipe que realiza o tratamento arquivístico na Fundação Energia e Saneamento. Foram descritos, em uma planilha, as espécies documentais encontradas, seu título, sua autoria e a data de produção. O acervo textual, em sua maioria, refere-se à documentação técnica sobre geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Há também documentos administrativos, como documentos jurídicos, contábeis e de administração de pessoal. Encontram-se materiais de espécies variadas, como relatórios, projetos, desenhos técnicos, folhetos, laudos, programas, correspondências, atas de reunião, leituras de fornecimento de energia elétrica, especificações técnicas, periódicos, contratos, certificado, leis e decretos, balanços, notas fiscais, orçamentos, entre outros.

Como a CESP foi criada em 1966, resultado da fusão de onze companhias energéticas, há documentos das empresas fundadoras no seu acervo. As empresas CHERP, SACERC, USELPA, CELUSA, BELSA, COMEPA, Empresa Água, Luz e Força de Mogi Mirim S.A., Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu S.A., Companhia Luz e Força de Jacutinga S.A, Empresa Elétrica de Itapura S.A., Empresa Elétrica de Andradina S.A possuem fundos já identificados. Entretanto parte do material destas empresas estava acondicionada fisicamente nas mesmas caixas do acervo textual do Fundo CESP e acabaram por ser descritos como pertencentes ao acervo da CESP. Somente quando os processos começaram a ser analisados, maiores dúvidas surgiram.

Dentre o material textual existe um conjunto com 517 processos. Todos eles possuem o mesmo padrão de capa, com o nome e logotipo da CESP e todos estão numerados, o que nos possibilita afirmar que pelo menos para os processos existia uma lógica de arquivamento. Alguns processos possuem mais de um volume, entretanto não estão todos no acervo. Por exemplo, do processo “Financiamento para Cias. Distribuidoras”, número 02.20.03.00, temos apenas o 1º, 2º e o 5º volumes. Muitos dos processos percorrem um longo período, entre 1950 e 1970, e cada um, muitas vezes, conta com um grande número de volumes, entre cinco e dez, e muitos estão completos.

Nos processos constam muitos documentos acumulados, em um primeiro momento, pelas diversas empresas fusionadas da CESP. Em alguns casos o processo se inicia com a documentação produzida por uma ou mais das antigas empresas (geralmente da CHERP e da USELPA) e no final, seguindo uma ordem cronológica, aparecem documentos produzidos pela CESP. Principalmente, entre o período em que Mário Lopes Leão dirigiu a CHERP e a USELPA, os processos contam com documentos das duas empresas, o que demonstra a relação intrínseca entre as duas instituições. Esta administração em conjunto já era um primeiro passo em direção à formação de uma empresa única de energia do Estado de São Paulo. Desta forma, nos vimos impossibilitados de atribuir tal documentação para um ou outro fundo, uma vez que a documentação se refere às duas empresas e que a administração de uma não prevalecia sobre a outra.

Em um segundo caso, o processo é formado apenas por documentação das empresas fusionadas. Nesta etapa de trabalho, quando os profissionais do arquivo se depararam com um conjunto documental formado, em grande parte, por documentos das empresas fusionadas, surgiram vários questionamentos sobre as possíveis intervenções que o arquivo sofreu até chegar à Fundação, e mapear a procedência dos documentos mostrou-se um trabalho de grande dificuldade, mas necessário.

## **Conclusão**

Seria necessário entender como a documentação dessas empresas se encaixa na estrutura da CESP, tentando identificar como a empresa fez uso desses documentos, percebendo desta forma, as diversas funções obtidas. Para tal, devemos apreender as instituições produtoras da documentação e a historicidade de seus documentos. Entretanto, sabe-se apenas que a CESP juntou este material e o reorganizou em

processos, mas não se sabe como a companhia utilizou-se desses processos. Surgiu a dúvida, então, de qual seria o tratamento dado a essa documentação: se deveria permanecer toda no Fundo CESP ou se seria retirada deste acervo. As discussões sobre o assunto tentaram encontrar a melhor solução que respeitasse a procedência.<sup>19</sup>

Segundo Michel Duchein, é essencial para a apreciação de um documento, saber com exatidão quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que ação (...). Tal conhecimento só é possível na medida em que o conjunto de documentos que o acompanha tenha sido conservado intacto, individualizado, sem possível mistura com documentos de outras proveniências, mesmo que este se refira ao mesmo objeto.<sup>20</sup>

Aplicando esta concepção no caso do Fundo CESP, temos os documentos das empresas fusionadas dentro de processos reunidos pela CESP. Mesmo que o processo tenha sido montado pela Companhia, o material foi produzido por outra empresa, com determinada finalidade e destinatário, que não se pode afirmar ter a mesma finalidade para a CESP. Portanto, decidiu-se pela remoção destes documentos do Fundo CESP e sua reintegração ao seu fundo original, quando sua procedência estiver realmente evidente.

Entretanto, uma vez que temos um banco de dados com as informações referentes à totalidade dos processos, manteremos a percepção de que não se perderá sobre o conjunto e sua lógica dentro do arquivo da CESP. Este controle permitirá também um possível retorno dos processos ao Fundo CESP, se um dia esta decisão passar a ser considerada mais ideal.

Teremos, portanto, um banco de dados que permitirá observar o pertencimento de cada processo em seu fundo de origem, mas também poderemos observar o pertencimento de todos os processos no arquivo da CESP, uma vez que foi esta empresa que organizou a documentação em processos.

---

<sup>19</sup> DUCHEIN, Michel. p. 14. Para o autor, respeito ao fundo consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica,

<sup>20</sup> DUCHEIN, Michel. p. 17.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEARMAN, David A. & LYTLE, Richard. H. The **Power of the principle of provenance**. *Archivaria*, The journal of the Association of Canadian Archivists, nº 21, pp. 14-27, winter, 1985 - 1986.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CUNNINGHAM, Adrian. **O poder da proveniência na descrição arquivística**. Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF) IN: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Vol. 20, nº 01/02, jan. e dez. 2007. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

DUCHEIN, Michel. “O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos”. In: **Arq. & Adm.** Rio de Janeiro, 1986.

KÜLH, Julio César Assis. **CESP 25 anos**. São Paulo. 1991.

LODOLINI, Elio. **El archivo del ayer al mañana** (La archivística entre la tradición y innovación). Boletín ANABAD, 1. Madrid: ANABAD, 1995.

PAIXÃO, Lindolfo Ernesto. **CESP 30 anos de operação**. Série Testemunhos do processo de eletrificação em São Paulo nº 3. São Paulo. 1988.

SILVEIRA, Reolando. **A CESP Fatos precursores de sua gênese**. Série Testemunhos do processo de eletrificação em São Paulo nº 1. São Paulo, 1987.